

Reinaldo Azambuja apoia a “emenda da corrupção”

Além de ter o respaldo de 22 dos 24 deputados estaduais, a emenda que tira o poder dos promotores e procuradores de investigar denúncias de corrupção contra políticos com foro privilegiado ganhou o apoio do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Com medo de novos escândalos, o tucano defende a proposta para frear novas operações.



PÁGINA 6

TRABALHADORES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Milhares de servidores públicos participaram da mobilização do Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência. O ato teve como objetivo conscientizar a população e a classe política sobre os prejuízos dessa proposta para os trabalhadores.

ENTREVISTA

Presidente da AME-MS fala sobre proposta de Reforma da Previdência



PÁGINA 2

CASSEMS INAUGURA UTI PEDIÁTRICA



Com capacidade para 10 leitos, Hospital Cassems da Capital inaugurou a Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrica.

PÁGINA 3

THIAGO MONACO MARQUES**Presidente da AME-MS
fala sobre proposta de
Reforma da Previdência**

|| Thiago Monaco Marques nasceu em Corumbá-MS, Bacharel em Direito, formado pela Faculdade Campo Grande – FCG. Policial Militar há 20 anos, incluiu nas fileiras da PMMS em 16/11/1998 e atualmente é 1º Tenente. Policial Militar operacional, adepto à filosofia de Polícia Comunitária, atua diretamente na área de segurança pública, trabalhando no 10ºBPM, Região do Anhanduizinho, prendendo criminosos, comandando e orientando guarnições policiais militares que trabalham diuturnamente no combate à criminalidade e na defesa da população sul-mato-grossense. Presidente da AME-MS – Associação dos Militares Estaduais de Mato Grosso do Sul, e um dos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul, sempre aceitou desafios para lutar em defesa de seu segmento e da sociedade brasileira. Em 2018, incentivado pela sua categoria e pelo movimento sindical, concorreu ao cargo de deputado federal pelo Partido Humanista da Solidariedade (PHS), conquistando 9.948 votos, totalizando 0,80% dos votos válidos. Monaco é reconhecido como um ativista atuante, sempre defendeu os direitos dos servidores, como as condições de trabalho, reajuste salarial e o sistema de previdência do funcionalismo estadual.

VOCÊ É A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA?

Sou totalmente contra a forma como está sendo proposta, pois retira direitos e benefícios dos trabalhadores brasileiros. É necessário um debate muito mais aprofundado sobre o assunto.

Para exemplificar, existe um mecanismo chamado DRU (Desvinculação das Receitas da União), que permite que o Governo Federal retire até 30% dos recursos da Previdência para outros fins, o que costumeiramente é utilizado para pagamento da dívida pública. Isto tem que ser revisto!

Se não existisse a DRU, a Previdência não estaria deficitária. Isso é uma coisa lógica, se os trabalhadores da ativa são em número maior que os inativos, se os empresários recolhem 30%, e o governo ainda arrecada a Cofins, a CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido das empresas), o PIS/PASEP, como pode a previdência ser deficitária?

Há um grande excedente de recursos

no orçamento da Seguridade Social que é desviado para outros gastos, além de empresas privadas terem débitos previdenciários que ultrapassam R\$ 450 bilhões. Dados da própria Procuradoria da Fazenda Nacional revelam que deste volume somente R\$ 175 bilhões correspondem a débitos recuperáveis, em função dos programas de isenções fiscais.

A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA DOS MILITARES ESTÁ GERANDO POLÊMICA, COMO ANALISA ISTO?

Primeiramente é importante frisar as peculiaridades que envolvem nossa profissão, as quais a diferenciam das demais, e impedem que os militares sejam submetidos às mesmas modificações que compõem a Reforma da Previdência, atualmente em discussão no Congresso Nacional.

Constitucionalmente PMs e bombeiros em alguns casos estão submetidos à mesma legislação das forças armadas. Nesse sentido, em relação à proposta



da reforma os militares estaduais foram inseridos no texto pelo governo federal.

A função de policial requer garantias constitucionais que protejam PMs e bombeiros, uma vez que estes profissionais correm risco de morte cotidianamente para defender a sociedade.

Sendo imprescindíveis a integralidade e paridade salarial, para que o segmento possa exercer a atividade policial com garantias.

Caso a proposta de reforma seja aprovada, como ficaria a cobrança da alíquota de contribuição dos PMs e bombeiros em Mato Grosso do Sul, já que em novembro de 2017 o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) aumentou de 11%, para 14%?

Sabe-se que a atual proposta apresentada será apreciada pelos parlamentares no Congresso Nacional, podendo sofrer alterações, mas estou esperançoso que as alíquotas propostas no projeto sejam aprovadas na íntegra e que atinjam em sua plenitude os militares estaduais de Mato Grosso do Sul e de todo o Brasil.

COMO ANALISA A REAÇÃO DOS GOVERNADORES EM RELAÇÃO AOS MILITARES ESTADUAIS?

Em uma análise inicial, o Projeto apresentado para tramitação pode sim gerar economia para os Estados, tendo em vista a universalização da contribuição linear da remuneração bruta dos vencimentos de ativos e inativos, o que acredito será bem aceito entre os governadores.

UTI Pediátrica do Hospital Cassems CG é mais uma conquista nos 18 anos do Plano

|| A solenidade de inauguração da UTI Pediátrica do Hospital Cassems de Campo Grande contou com a presença dos secretários de saúde do Estado, Geraldo Rezende, e da Capital, Marcelo Vilela, além de deputados, conselheiros e diretores da Cassems, médicos e colaboradores da unidade hospitalar. A UTI Pediátrica do HCCG é o resultado de um sonho e uma conquista no ano em que a Cassems completa 18 anos de vida.

Da Redação

servidorpublico.ms@gmail.com

Com um investimento de R\$ 1,5 milhão em recursos próprios, a UTI tem capacidade para 10 leitos, sendo um para casos que necessitam de isolamento. O investimento para estruturação do novo setor foi de R\$ 1,5 milhão. O local foi pensado sob a ótica dos cuidados humanizados e, embora mantenha o caráter de uma UTI, possui alguns diferenciais visíveis. Seu mobiliário é colorido e acolhedor, não apenas para as crianças, mas principalmente para mães e pais que acompanharão todo o processo de restabelecimento dos filhos. Uma equipe multidisciplinar, formada por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos e



Com capacidade para 10 leitos, o Hospital Cassems de Campo Grande inaugurou na manhã desta quinta-feira a Unidade de Tratamento Intensivo Pediátrica

nutricionistas, estará à disposição 24 horas.

Com mais 10 leitos de UTI Pediátrica, o Hospital Cassems de Campo Grande contribui para suprir parte da demanda reprimida no Estado na questão do atendimento aos casos graves. A nova UTI receberá crianças de 29 dias até 12 anos, 11 meses e 29 dias, que necessitam de cuidados intensivos, evitando que muitos pais e mães sejam obrigados a sair de Mato Grosso do Sul em busca de internações em outros estados, como São Paulo.

O secretário de Saúde de

Campo Grande, Marcelo Vilela, parabenizou a Cassems pela iniciativa de implantar e contribuir com mais 10 leitos de tratamento intensivo voltado para o atendimento pediátrico. “Sabemos o quanto é importante essa estrutura para a nossa cidade e para o nosso Estado termos disponíveis mais leitos para o atendimento em pediatria e que irão contribuir para suprir uma demanda já bastante estrangulada”, avalia.

Lucílio Nobre, presidente do Conselho Fiscal da Cassems, ressaltou que apesar da instabilidade política pela qual passa

o Brasil, a Cassems vem avançando sistematicamente enquanto plano de autogestão e inaugurando obras. “Nos orgulhamos muito do nível e da qualidade que a Cassems está alcançando. Estamos dando uma resposta à altura dos anseios do servidor público que sustenta o Plano, por isso estamos prontos para novos desafios para continuarmos a crescer com qualidade”, considera.

O secretário de Estado de Saúde, Geraldo Rezende, parabenizou pela abertura de mais 10 leitos de tratamento intensivo em pediatria e

reforçou a necessidade do trabalho em sintonia. “Parabéns a todos que fizeram, nestes 18 anos, uma Cassems diferenciada, que tenho certeza orgulha não só o servidor público de Mato Grosso Sul, mas também orgulha e serve de exemplo para todo o País”.

Durante a cerimônia de inauguração da UTI Pediátrica, o presidente da Cassems, Ricardo Ayaiche, lembrou como a Cassems cresceu e está entre as melhores empresas do Brasil, cujos responsáveis são os quase dois mil colaboradores e principalmente os servidores públicos

de Mato Grosso do Sul. “São dez hospitais, são centros odontológicos, centros de prevenção, um trabalho intenso realizado por toda a nossa equipe. E nós contamos com o apoio incondicional do servidor público, nas noites frias e nos dias de sol e contamos sim, com o apoio de todos os governos que passaram, com a contribuição patronal em benefício dos servidores que na sua história foram muito aviltados. Hoje eles podem contar com a Cassems para lhes oferecer um pouquinho de conforto, uma assistência em saúde digna e respeitosa”, conclui.

Sindijus e Fórum dos Servidores participam do Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência

|| Mais de 10 mil servidores públicos participaram da mobilização do Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência, durante a manhã desta sexta-feira (22), na região central de Campo Grande (MS). A categoria do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) juntamente aos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul também participaram do movimento que teve como objetivo conscientizar a população e a classe política sobre os prejuízos dessa proposta, caso seja aprovada no Congresso Nacional, em Brasília-DF.

Da Redação

servidorpublico.ms@gmail.com

Os servidores se concentraram em frente à ACP-MS, a partir das 7h, e seguiram a pé até a praça do Rádio em meio aos



Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul também participaram do movimento

caminhões de som, onde os dirigentes sindicais explanaram sobre o rombo da previdência e importância da união do funcionalismo público para pressionar os parlamentares a votarem contra a retirada de direitos, como o aumento da idade mínima, o tempo de contribuição e aumento da alíquota paga pelos trabalhadores.

Da diretoria do SINDIJUS-MS participaram da mobilização o presidente Leonardo Lacerda, vice Fabiano Reis — que também exerce a função de coordenador-geral do Fórum dos Servidores —, diretor de Assuntos Jurídicos Flávio Lo-

pes, a secretária-geral Maria de Lourdes Nepomuceno, a diretora de Apoio aos Inativos Sissi Calarge e a diretora de Divulgação e Imprensa Adriana Capurro.

Além do SINDIJUS-MS, também acompanharam o movimento pelo Fórum dos Servidores o Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Sindetran-MS), Sindicato dos Policiais Cíveis de MS (Sinpol-MS), Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social em MS (Sintss-MS), Sindicato dos Servidores e Funcionários Municipais de Campo

Grande — MS (Sisem), Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária (Sinsap-MS), Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação (ACP), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Comércio de Energia no MS (Sinergia-MS), entre outros sindicatos e associações.

“Da forma como está não tem condições de aprovar essa proposta. Nós não vamos aceitar que o funcionalismo público tenha que trabalhar até morrer. Por isso estamos mobilizando de forma organizada para que a população, que também será prejudicada, se conscientize



e lute junto conosco contra a retirada de direitos”, afirmou o coordenador-geral do Fórum dos Servidores Fabiano Reis.

“Não estamos lutando por privilégios e sim por direitos. Nós servidores públicos somos os únicos que continuam pagando a alíquota da previdência mesmo após se aposentar”, ressaltou o presidente do SINDIJUS-MS, Leonardo Lacerda.

Sinpol faz campanha sobre demora na publicação da Promoção Funcional

Há uma semana o Sinpol-MS está realizando uma campanha de marketing sobre a demora da publicação da Promoção Funcional dos Policiais Cíveis. No site, nas redes sociais do sindicato e outdoors de Campo Grande existe um calendário contando há quantos dias a categoria aguarda o cumprimento deste direito. Também está em veiculação um spot sobre o mesmo tema na FM Difusora de Campo Grande e em rádios das cidades do interior. Segundo o presidente da entidade, Giancarlo Miranda, foram

protocolados diversos ofícios cobrando a publicação. “Dialogamos com a administração, buscando ao menos uma data de quando ocorrerá a publicação, no entanto não obtivemos resposta até agora.

A publicidade permanecerá na mídia até o dia em que as promoções forem efetivadas”, declarou. De acordo com a Lei nº 114/2005, a promoção funcional deve ser realizada anualmente, com abertura do procedimento até 31 de maio do respectivo período.

PROMOÇÃO FUNCIONAL DO POLICIAL CIVIL

MAIS DE

3 0 0

DIAS

Esperando a publicação

Sindicato dos Policiais Cíveis de Mato Grosso do Sul

Mais de 20 mil trabalhadores tomam as ruas de Campo Grande em protesto contra a Reforma da Previdência

|| Um grande ato. E é só o começo! Com a garra que sempre marcou os 67 anos de história da ACP, os profissionais da educação pública de Campo Grande saíram das salas de aula e foram às ruas lutar em defesa da aposentadoria.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Mais de 5 mil professores marcharam pelo Centro da Capital, saindo da ACP e somando suas vozes aos mais de 20 mil trabalhadores de todo o Estado de Mato Grosso do Sul, no Dia Nacional de Mobilização e Luta Contra a Reforma da Previdência. A manifestação foi organizada por todas as centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos e movimentos sociais do país.

Ciente dos graves ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras contidos na PEC 06/2019 – Reforma da Previdência, a categoria se mobilizou, não se intimidou e desempenhou, mais uma vez, seu papel histórico na vanguarda da luta pela classe trabalhadora. Uma demonstração de consciência e resistência que permeia toda a trajetória da ACP e da educação pública de Campo Grande.

“Esse é apenas o primeiro dia, estamos a postos para defender o direito à aposentadoria, de todas



O primeiro ato contra a reforma teve participação em massa dos professores e a categoria demonstra força para lutar em defesa do direito à aposentadoria



as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Nós vamos enfrentar essa Reforma da Previdência e não deixaremos que o governo federal e o Congresso Nacional acabem com a proteção social que nos é garantida na Constituição Federal”, afirma o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.

A caminhada foi uma sonora resposta da classe trabalhadora ao projeto de precarização e retirada de direitos do governo federal. Os trabalhadores tomaram as ruas, ocupando, continuamente, mais de 10 quadras da região central de Campo

Grande. Conforme a passeata seguia, uma onda de conscientização se espalhava, brotando do meio da gente de luta. A identificação foi contagiando trabalhadores e trabalhadoras, que ouviam nos gritos de ordem a realidade de suas vidas.

Uma proposta de Reforma da Previdência que está sendo apresentada como a forma de combater privilégios, na verdade ataca profundamente a dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres e anistia os mais favorecidos, como militares, políticos e grandes de-

vedores da Previdência. Mudanças na forma de cálculo do benefício reduzem drasticamente os rendimentos de todos os trabalhadores que se aposentarão imediatamente após a aprovação da reforma. A redução no valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC) gerará uma massa de idosos miseráveis. As mulheres sofrerão de maneira ainda mais pesada as consequências de medidas como o aumento da idade mínima, aumento do tempo de contribuição, redução dos valores de pensão e alteração na forma de cálculo da aposentadoria.

Nesse cenário, a ACP convocou toda a classe trabalhadora. “Nós estamos hoje, na luta, por todos os trabalhadores e trabalhadoras. Juntem-se a nós na defesa do nosso direito de aposentar, conquistado com muita dificuldade. A luta vale à pena porque sabemos de onde vêm nossas conquistas que querem retirar agora. Só a luta nos garante”, conclama a vice-presidente da ACP, Zélia Aguiar.

A primeira manifestação sinalizou a disposição da classe trabalhadora brasileira para defender a Previdência e todos os direitos englobados pela

Seguridade Social do País.

“Nós não criamos a crise. Nós não vamos pagar a conta da má gestão e da corrupção. Antes de sacrificar os trabalhadores, o governo deveria cobrar a dívida dos bancos e grandes conglomerados empresariais com a Previdência; promover as reformas tributária, administrativa, política, governar a partir de políticas públicas que resolvessem os grandes problemas da sociedade, como desemprego, moradia, saúde, transportes. Nossos direitos são sagrados e não vamos deixar tirá-los”, conclui Nobre.

Com medo de investigação, Reinaldo Azambuja apoia “emenda da corrupção” para frear promotor midiático

Além de ter o respaldo de 22 dos 24 deputados estaduais, a emenda que tira o poder dos promotores e procuradores de investigar denúncias de corrupção contra políticos com foro privilegiado ganhou o apoio do governador Reinaldo Azambuja (PSDB). Com medo de novos escândalos, o tucano defende a proposta para frear novas operações.



APENAS DOIS DEPUTADOS SE MANIFESTARAM CONTRA A EMENDA POLÊMICA: CAPITÃO CONTAR (PSL) E MARÇAL FILHO (PSDB)

Edivaldo Bitencourt

www.ojacare.com.br

A proposta é o maior retrocesso no combate à corrupção em 40 anos de história de Mato Grosso do Sul. Em apenas uma tacada, a cúpula política do Estado pretende sepultar investigações contra prefeitos, secretários estaduais, desembargadores, conselheiros do Tribunal de Contas e do próprio chefe do Executivo.

No entanto, em seguida, não esconde a intenção em defender a emenda. “O que nós somos contra: os excessos de uma minoria midiática do Ministério Público. Existe uma minoria de promotores, e até procuradores, que são midiáticos. Eles não olham a responsabilidade que têm que ter quando faz uma matéria, como aconteceu recentemente com o Governo do Estado (sic)”, arremata.

Neste caso, o principal alvo da irritação do tuca-

no é a Operação Aprendiz, que cumpriu mandados de busca e apreensão em uma gráfica, seis agências de publicidade e na Secretaria Estadual de Governo e Gestão Estratégica. A suspeita é de que houve superfaturamento e dispensa de licitação na contratação de gráfica sem equipamento e funcionários, que causou prejuízo de R\$ 1,6 milhão aos cofres públicos.

A continuidade da investigação pode resultar em outro escândalo gigantesco, já que ocorreu logo após as eleições gerais de 2018. A investigação é conduzida pelo promotor Marcos Alex Vera de Oliveira, conhecido como “xerife do Ministério Público” por não se preocupar com o poder dos acusados. A principal crítica dos seus inimigos é o mesmo argumento do governador, de que ele age como “promotor midiático”.

“Esse é os excessos que precisam ser coibidos. E quem tem a responsabilidade de coibir isso é o Procurador-Geral de Justiça”, aconselhou Reinaldo, enquadrando o chefe do MPE, Paulo Cezar dos Passos. Ele foi nomeado duas vezes para o cargo de chefe do MPE pelo tucano.

Para o governador, “os excessos cometidos por uma minoria, que muitas vezes usurpa da sua função”. Marcos Alex abriu inquérito para investigar o advogado Rodrigo Souza e Silva, filho de Reinaldo, pelo suposto plano para roubar a propina de R\$ 270 mil destinada ao corretor de gado José Ricardo Guitti Guímaro, o Polaco.

Além do assalto, conforme despacho do ministro Felix Fischer, que avocou para a investigação para o Superior Tribunal de Justiça por citar o governador, havia o plano para matar

Polaco. O corretor estaria disposto a entregar os supostos esquemas.

Polaco e Rodrigo foram presos em 12 de setembro do ano passado na Operação Vostok, da Polícia Federal, que apura o suposto pagamento de R\$ 67 milhões em propinas pela JBS a Reinaldo Azambuja. O Ministério Público Federal estima que o prejuízo aos cofres públicos foi de R\$ 207 milhões.

Marcos Alex também irritou o tucano ao ir contra o acordo firmado com Passos e o Tribunal de Contas, que previa a contratação de duas empresas sem licitação para concluir o Aquário do Pantanal por R\$ 38,7 milhões. Graças à denúncia do promotor, a Justiça suspendeu a contratação direta e determinou a realização de licitação para concluir a obra faraônica.

Agora, o promotor assombra o Parque dos Poderes com a Operação Aprendiz. Para o tucano, a emenda defendida pelos deputados estaduais põe ordem na casa ao impedir as investigações de autoridades com foro privilegiado.

“O político tem voto para ter o mandato, e é o voto da maioria da população, só que isso está sendo desrespeitado por alguns”, destacou, usando o resultado da eleição como uma espécie de

“absolvição”.

“Acho que agora está na hora do procurador-geral de Justiça entender que ele tem a função até para coibir os excessos de alguns, que infelizmente extrapolam suas funções”, cobrou o tucano.

O relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Redação é o deputado estadual Gerson Claro (PP), que foi preso quando era presidente do Detran na Operação Antivírus. Réu por peculato, organização criminosa e corrupção passiva na 3ª Vara Criminal, o progressista defende a emenda.

Para Claro, a divulgação de que a emenda protege corruptos não procede. Ele entende que só se está restabelecendo o previsto na Constituição, de que autoridades com foro só podem ser investigados pelo procurador-geral de Justiça.

Caso a emenda já estivesse em vigor, por exemplo, Gilmar Olarte nunca teria sido investigado nem condenado a oito anos por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Na época da denúncia, ele era prefeito da Capital e só foi investigado pelo Gaeco porque houve a delegação da competência pelo chefe do MPE ao “promotor midiático”.

O combate à corrupção

A FAVOR DA EMENDA QUE LIMITA ATUAÇÃO DE MPE NO COMBATE À CORRUPÇÃO:

Coronel David (PSL)
Londres Machado (PSD)
Neno Razuk (PTB)
Gerson Claro (PP)
Evandro Vendramini (PP)
Herculano Borges (SD)
Antônio Vaz (PRB)
João Henrique (PR)
Lucas Lima (SD)
Onevan de Matos (PSDB)
Paulo Corrêa (PSDB)
Professor Rinaldo (PSDB)
Felipe Orro (PSDB)
Lídio Lopes (PATRI)
Jamilson Name (PDT)
Eduardo Rocha (MDB)
Márcio Fernandes (MDB)
Renato Câmara (MDB)
Cabo Almi (PT)
Pedro Kemp (PT)
Zé Teixeira (DEM)
Barbosinha (DEM)

é fundamental para garantir a correta aplicação dos recursos públicos, principalmente, diante da falta de remédios, médicos e leitos em hospitais, estrutura para o desenvolvimento econômico e condições para garantir vida digna a todos os habitantes de Mato Grosso do Sul.

Paulo Cezar dos Passos é contra a aprovação da emenda e a Associação do Ministério Público pode ingressar com ação de inconstitucionalidade na Justiça para barrar a manobra favorável à impunidade dos corruptos com foro privilegiado.

Mais de 20 mil pessoas contra a Reforma da Previdência em protesto realizado na Capital

|| Na manhã de sexta-feira (22), a concentração do Dia Nacional de Luta Contra a Reforma da Previdência reuniu milhares de pessoas na Praça do Rádio, em Campo Grande.

Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Os manifestantes fizeram um “enterro” simbólico da Reforma da Previdência e seguiram em caminhada pelas ruas do centro da cidade.

“Essa manifestação não está agradando os empresários de Campo Grande, pois muitos deles estiveram ao lado desses que agora estão contra os trabalhadores, querendo acabar com a nossa aposentadoria”, disse Ricardo Bueno, Presidente do SintssMS no protesto.

“Já somos mais de 20 mil pessoas pelas ruas de Campo Grande, agora é a unidade da classe trabalhadora que importa, este projeto encaminhado pelo Bolsonaro ao Congresso Nacional é para acabar com sua previdência, é para acabar com a sua aposentadoria, vamos à luta rumo a nossa greve geral, para derrotar essa proposta”, disse Jaime Teixeira, Presidente da Fetems, durante a manifestação.

Conforme Alexandre Jú-



#LutePelaSuaAposentadoria: Delegações de mais de 42 municípios presentes

nior Costa, Diretor de Finanças do SintssMS, “o protesto foi muito positivo, as pessoas na rua e no comércio estavam em sua grande maioria nos apoiando, é evidente que esta proposta é para acabar com a nossa previdência e as pessoas estão atentas a isso”, ressaltou Costa.

“O movimento superou nossas expectativas, este foi um grande aqueci-

mento que aconteceu, rumo a nossa greve geral. A estratégia de visita aos senadores e deputados será retomada na semana que vem e também vamos explorar bastante as redes sociais, porque a partir do momento que a população entender o que é esta proposta da reforma da Previdência, eles vêm para o nosso lado, eles vêm pra luta”, afirmou Elvino Vargas, Presidente do Sinergia

-MS e membro do Fórum Estadual Contra a Reforma da Previdência.

Após a caminhada, foi feito um ato em frente ao Banco do Brasil, no Centro da cidade, conforme a organização do protesto, foi uma forma de “dar um recado aos banqueiros e ao Bolsonaro” para dizer que o movimento é contra a entrega da previdência pública aos banqueiros.

Professores

Ainda no final da manhã, professores realizaram um ato relâmpago em frente da Secretaria Estadual de Educação, no Parque dos Poderes. Durante a semana, mais precisamente no dia 21 de março, Maria Cecília, atual secretária estadual de Educação, encaminhou um ofício para a categoria onde afirmava “quanto à paralização dos profissionais de educação” e de que “na hipótese de adesão ao movimento paredista” os servidores teriam descontados este período de trabalho.

Esta situação pareceu ao movimento como um “ato de intimidação” à categoria, os/as profissionais em educação, que não perderam a oportunidade de lembrar à secretária Maria Cecília, que Paralisação se escreve com “S” e não com “Z”.



Fórum dos Servidores define plano de ação contra aumento da jornada de trabalho do funcionalismo



Os Coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos de Mato Grosso do Sul deliberaram por um plano de ação contra os projetos impostos pelo governador do Estado, Reinaldo Azambuja, que devem ser implantados sem o amplo debate com os servidores e seus representantes. A reu-

nião foi realizada na sexta-feira (15), na sede do SINDIJUS-MS.

Da Redação

servidorpublico.ms@gmail.com

O governo já anunciou que irá aumentar a jornada de trabalho dos servidores do Poder Executivo de 6h para 8h/

dia, somando 40h semanais, e regulamentar o PDV (Plano de Demissão Voluntária). Conforme anunciou pela imprensa, o líder do governador na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, deputado estadual Barbosinha, disse que o governo deve encaminhar o projeto de lei referente ao PDV ainda nesta semana. Quanto ao aumento da carga horária pode ser regulamentado por meio de decreto do Executivo.

Na reunião, com representantes de diversos setores do funcionalismo público — saúde, educação, administrativo e segurança pública — foi deliberado que será publicada nota técnica sobre os prejuízos e efeitos da implantação do aumento da jornada de trabalho (8H/dia); Protocolar ofício solicitando

Prejuízos à população

A população pode ser prejudicada devido ao acúmulo de trabalho aos servidores, pois o Governo também anunciou que não deve contratar mais servidores, não tendo mais previsão para realização de concurso público, e nem recurso para as progressões e promoções funcionais das categorias.

Da forma que se encontra o funcionalismo público já ocorre falta de estrutura, agora, com o eventual aumento da jornada essa situação deve piorar. Ou seja, os postos de saúde estão sem equipamentos básicos, a segurança pública está sucateada e a área da educação não atende toda a demanda do Estado.

Aumento da jornada

Anteriormente, o secretário de Administração, Roberto Hashioka, responsável pelo estudo que visa aumentar a jornada de trabalho dos servidores do Executivo, ressaltou que a partir do dia 15 de abril iniciaria a jornada de 8h. No entanto, após pressão dos servidores e questionamentos sobre os estudos das carreiras e estrutura de como iria funcionar, Hashioka estendeu o prazo para o segundo semestre deste ano.

Ainda na semana passada, o secretariado de Azambuja convocou, de última hora, os dirigentes sindicais para se reunir e anunciar as mudanças. Na ocasião, ficou explícita a dificuldade em expor as especificidades de cada categoria e muito menos apresentou o estudo que o Governo disse ter realizado, cujos dados seriam para basear as alterações.

Já o governador Reinaldo Azambuja se recusa a se reunir com os coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos. Desde o início de seu primeiro mandato, em 2015, mais de cinco ofícios foram protocolados solicitando audiência com o chefe do Poder Executivo e nenhum deles deu retorno aos trabalhadores que servem o Estado.

Na reunião com Hashioka, foi evidenciado pelos dirigentes que uma mudança tão drástica como a alteração do horário pode ocasionar série de transtornos na família de milhares de servidores. Além disso, para muitas categorias, na época em que se diminuiu o horário serviu como compensação do baixo salário. E, agora para retornar às 8h será indiretamente uma redução salarial.

Governo do Estado.

“Como representante dos servidores temos a obrigação de cobrar questionamentos do Governo do Estado, que definiu fazer mudanças drásticas na vida de muitas famílias sem nem antes discutir com a categoria, sem analisar os mecanismos de trabalho,

pois em muitos lugares não terá suporte para essa mudança da forma como está sendo imposta. Além disso, a população também será prejudicada, pois nada adianta mão de obra sem estrutura, sem equipamento de trabalho”, afirmou Fabiano Reis, coordenador-geral do Fórum dos Servidores.

Ingerência

Na contramão do discurso do governador, de ter atingido o limite prudencial, há ingerência na gestão do dinheiro público com o excesso de contratação de comissionados (sem processo seletivo), reajuste de 90% para os servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MS), reajuste de 16,38% no salário do governador e secretários, entre outras ingerências.

mais uma vez uma audiência com o governador do Estado; requerer o uso da tribuna da Assembleia Legislativa na defesa dos direitos dos servidores; nota de apoio aos dirigentes do Fórum dos Servidores que estão sendo perseguidos pelo